

A 8.ª Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação

O Tratado de Não Proliferação (TNP) nuclear requer Conferências de Revisão (CR) a cada cinco anos a fim de se discutirem os progressos registados e os seus mecanismos de execução e operacionalidade. Mantendo esta rotina, realizar-se-á de 3 a 28 de Maio de 2010, em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, a Oitava CR do TNP, num contexto em que o regime de não-proliferação se encontra sob grande pressão mas também numa atmosfera bastante mais construtiva do que aquela em que ocorreu a frustrante CR de 2005.

O TNP sob pressão

Pedra angular do regime de não-proliferação nuclear e também um dos tratados internacionais com mais aderentes, num total actual de 189 Estados Parte, o TNP está sob pressão nos seus considerados “três pilares” – desarmamento, não proliferação e direito à utilização da energia e tecnologia nuclear para fins pacíficos. Desde logo, o regime não é universal: a Índia, o Paquistão e Israel nunca foram parte do TNP, a que se soma a Coreia do Norte, que anunciou a sua retirada em 2003. Depois, vários factores favorecem as actividades proliferantes, como os progressos científicos e tecnológicos, o alto grau de secretismo e a informalidade nos “intercâmbios” ou as barreiras inerentes à soberania dos Estados que impedem, em particular, a prática de verificações incondicionais e irrestritas e sem aviso prévio.

Por outro lado, a posse da arma nuclear é ainda símbolo de Potência e de Estatuto Internacional e um elemento central na estratégia de segurança e defesa das potências nucleares, tanto própria como dos aliados: por isso, os Estados possuidores destas capacidades resistem a desarmar enquanto outros procuram aceder a esse clube restrito. Os únicos cinco Estados reconhecidos pelo TNP como possuidores de armas nucleares – China (signatária em 1992), França (1992), Reino Unido (1968), Estados Unidos (1968) e Federação Russa (que assumiu as obrigações e direitos da URSS que havia ratificado o TNP em 1968) – são também os

cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, sendo que todos se tornaram signatários do TNP na condição de potências militarmente nucleares. Os três Estados nunca signatários do TNP são igualmente possuidores de armas nucleares (se bem que Israel, ao contrário da Índia e do Paquistão, não o assuma oficialmente), tal como a Coreia do Norte – único Estado que aderiu ao TNP (1985) e depois anunciou a retirada (2003) – que realizou, entretanto, duas explosões atómicas, em 9 de Outubro de 2006 e 25 de Maio de 2009.

Isto ajuda a explicar o persistente nível elevado dos arsenais nucleares: calcula-se o total mundial em mais de 23 000 ogivas, a esmagadora maioria na posse da Rússia e dos EUA; dessas, perto de 8000 são consideradas operacionais, grande parte prontas a ser usadas a qualquer momento (ver tabela). Acresce que vários Estados Parte do TNP são suspeitos de prosseguirem programas de armamento nuclear clandestinos, com

Significa isto, quatro décadas depois de instituído o TNP, que o desarmamento nuclear completo é ainda uma miragem e que o risco de proliferação é grave, residindo as maiores ameaças na posse e uso de armas nucleares por grupos terroristas, determinados regimes autocráticos, redes criminosas transnacionais ou “senhores da guerra”; na disseminação de armas nucleares em regiões particularmente instáveis, estando o Médio Oriente no topo das preocupações internacionais; e na existência de armamento nuclear em Estados frágeis, sendo o Paquistão, presentemente, a maior fonte das apreensões a este respeito.

Ambiente mais construtivo

A Conferência de Revisão do TNP de 2005 terminou sem qualquer resultado assinalável, em virtude das profundas divergências que se revelaram inconciliáveis: alguns países, com destaque para os EUA,

2010 é, todavia, bem mais construtiva. Fundamental para isto é a mudança introduzida pelo presidente Obama na posição dos EUA: efectivamente, enquanto a Administração W. Bush sempre se concentrou na contra-proliferação, prosseguindo uma estratégia que incluía a pressão coerciva contra os “Estados párias” alegadamente envolvidos em actividades nucleares ilegais mostrando-lhes que, em vez de mais segurança, ficariam antes mais ameaçados se não abandonassem as respectivas pretensões nucleares, a Administração Obama enfatiza e associa a não-proliferação e o desarmamento nuclear, baseando-se numa estratégia de “liderança pelo exemplo” e também no envolvimento e diálogo com os virtuais adversários sem condições prévias.

No marcante discurso proferido em 5 de Abril de 2009, em Praga, Obama assumiu que “*como única potência nuclear que usou a arma nuclear, os Estados Unidos têm a responsabilidade moral de agir*” a fim de se alcançar “*um mundo livre de armas nucleares*”, colocando este objectivo no topo da sua agenda. Por conseguinte, mostrou-se empenhado na ratificação pelos EUA do Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares (CTBT) e avançou com um audacioso plano que inclui o fortalecimento do TNP, a entrada em vigor do CTBT, o encorajamento para que todos os Estados respeitem os compromissos em matéria de desarmamento e não proliferação e a segurança de todas as armas nucleares e de todos os materiais nucleares espalhados pelo mundo no prazo de quatro anos para que não caiam nas mãos dos terroristas. Dois meses depois, o presidente americano e o seu homólogo russo, Presidente Medvedev, acordaram reduzir substancialmente os arsenais nucleares dos respectivos países e verter isso num novo tratado bilateral a celebrar até ao fim do ano, sucedendo ao START 1 de 1991, cuja validade prevista culminava precisamente em Dezembro de 2009. Entretanto, Obama anunciou o fim do sistema de defesa antimísseis balísticos que os EUA tinham começado a montar na Polónia e na República Checa e muito contestado por Moscovo. Na Cimeira dos

AS FORÇAS NUCLEARES NO MUNDO

País	Estratégicas	Não-estratégicas	Operacionais	Total
Rússia	2.668	2.050	4.718	13.000
EUA	2.126	500	2.623	9.400
França	300	n.a.	~300	300
Rep. Pop. China	180	?	~180	240
Reino Unido	160	n.a.	<160	185
Israel	80	n.a.	n.a.	80
Paquistão	60	n.a.	n.a.	70-90
Índia	60	n.a.	n.a.	60-80
Coreia do Norte	<10	n.a.	n.a.	<10
Total	5.634	2.550	7.981	23.375

Fonte: Federation of American Scientists (FAS), *Status of World Nuclear Forces 2009*. Actualizado em Outubro de 2009.

destaque para a Síria (cujo reactor nuclear foi destruído por um bombardeamento aéreo de Israel, em Setembro de 2007) e o Irão – acusado pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) de não cumprir os acordos e de esconder das inspecções internacionais o seu programa nuclear (Setembro de 2005), assunto subsequentemente submetido ao Conselho de Segurança da ONU (Fevereiro de 2006), objecto de várias Resoluções da ONU e que permanece envolto em controvérsia e em investigação.

pretendiam que a Conferência se focalizasse na contraproliferação, especialmente por causa do risco de grupos terroristas se dotarem de armamento nuclear e das alegações “proliferantes” contra os regimes do Irão e da Coreia do Norte, ao passo que outros Estados enfatizaram o desarmamento nuclear, denunciando a ausência de passos sérios nesse sentido por parte das potências nucleares.

Persistindo estas divergências de base, a atmosfera para a Conferência de Revisão de

G8 realizada nos EUA, em Julho de 2009, os participantes expressaram concordância com o plano de Obama e o presidente americano anunciou a realização de uma Cimeira Global Nuclear a ter lugar em Washington, em Março de 2010. A Administração Obama pôs ainda em marcha a revisão da doutrina nuclear dos EUA (*Nuclear Posture Review*), desvalorizando a importância deste factor na estratégia de segurança e defesa dos EUA.

O “efeito Obama” acabou por se reflectir positivamente em vários *fora* internacionais. Por exemplo, a *Conferência sobre Desarmamento* anual das Nações Unidas conseguiu alcançar um programa de trabalhos, incluindo o lançamento de negociações com vista à elaboração de um tratado para verificações e segurança de materiais fisséis. Em Setembro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou mais uma Resolução (R1887) sobre não-

proliferação. Já em Outubro, foi anunciado um princípio de acordo para ultrapassar a crise em torno do programa nuclear do Irão que, no fundamental, retoma uma antiga proposta russa, consistindo no enriquecimento de urânio no estrangeiro (Rússia e Brasil), a sua utilização “para fins pacíficos” no Irão e posterior regresso aos processadores externos, num processo vigiado pela AIEA.

Uma agenda para a Conferência de Revisão

Foi já num ambiente mais construtivo que, em Maio de 2009, se realizou a terceira sessão do Comité Preparatório (*PreCom*) da Conferência de Revisão de 2010 e que, apesar de ter terminado sem a aprovação de um documento final, prestou um serviço importante pelo tom menos agreste das intervenções, os hábeis documentos

de trabalho e recomendações propostos pelo embaixador Boniface Chidyausiku do Zimbábue que presidiu à sessão e, sobretudo, os acordos alcançados acerca dos procedimentos e da pré-agenda para a CR. Esta pré-agenda faz todo o sentido em face dos grandes desafios que se colocam ao TNP: a universalidade do regime; o desarmamento nuclear, incluindo a implementação dos “13 passos para o desarmamento” aprovados na CR de 2000 e outros progressos concretos que vão para lá da gestão *de statu quo*, como a elaboração a prazo de uma convenção internacional abolindo as armas nucleares; a segurança e o uso pacífico da energia nuclear e dos materiais fisséis; a não-proliferação e o desarmamento regionais, incluindo a Resolução de 1995 sobre o Médio Oriente; medidas mais eficazes para prevenir e responder à retirada do TNP, reinterpretando e aplicando as disposições do Art.º

X do Tratado; e o reforço dos mecanismos de verificação.

Os desafios são tremendos mas a atmosfera construtiva como há muito não se via alimenta expectativas de que se possam gerar alguns consensos. Contudo, a CR de 2010 só será um êxito se, de facto, reforçar a eficácia do TNP e gerar planos concretos, calendarizados e realizáveis. O principal desafio não reside, por isso, no texto do documento final que possa ser adoptado, mas no grau de seriedade e de empenho das partes relativamente aos compromissos que assumirem e à sua subsequente implementação. Se for um sucesso, a CR de 2010 dará um contributo que poderá revelar-se decisivo para o desarmamento e a não-proliferação. Ao invés, se for um fracasso, é provável que mais governos, estratégias e opiniões públicas assumam definitivamente que “não vale a pena”, preferindo manter ou desenvolver/adquirir armas nucleares... ■

REGIMES DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR – QUADRO GERAL

Tratado de Não Proliferação (TNP)

Aberto para assinatura: 1 de Julho de 1968

Entrada em vigor: 5 de Março de 1970

Número de Partes: 189 Estados, excluindo a Coreia do Norte, que anunciou retirada em 2003 e a Índia, o Paquistão e Israel que nunca foram parte do TNP.

Duração: Indefinida. Concebido originariamente com uma duração limitada de 25 anos, os Estados Parte acordaram por consenso na Conferência de Revisão e Extensão do TNP, em 1995, que “o Tratado deve continuar em vigor indefinidamente”.

O TNP consiste num Preâmbulo e 11 Artigos. Embora o conceito de “pilares” não conste no seu texto, o TNP é vulgarmente interpretado como um regime/sistema com *três pilares*:

1. Não-proliferação; 2. Desarmamento; 3. Direito à utilização pacífica de tecnologia e energia nuclear.

A operacionalidade do TNP é debatida de cinco em cinco anos nas chamadas “Conferências de Revisão” (CR), sempre precedidas nos anos imediatamente anteriores por Sessões Alargadas dos respectivos Comités Preparatórios (PreCom) – para a Conferência de Revisão de 2010 ocorreram três PreCom, em 2007, 2008 e 2009.

Outros tratados, organizações e iniciativas seleccionados

- *Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares* (CTBT), 1996 (não entrou ainda em vigor): 181 Signatários, 150 Ratificações.
- *Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares* (CTBTO), 1996: 181 Estados signatários, 150 ratificações.
- *Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares* (PTBT), banindo os testes na atmosfera, no espaço e submarinos, 1963: 131 Estados Parte.
- *Convenção sobre a Protecção Física de Material Nuclear* (CPPNM), 1980/1987: 141 Estados Parte mais a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM).
- *Convenção sobre Segurança Nuclear*, 1994/1996: 63 Estados Parte mais a EURATOM.
- *Tratado Seabed* (Treaty on the Prohibition of the Emplacement of Nuclear Weapons and Other

Weapons of Mass Destruction on the Seabed and Ocean Floor and in the Subsoil Thereof), 1971/1972: 95 Estados Parte.

- *Convenção Internacional sobre a Supressão de Actos de Terrorismo Nuclear*, 2005/2007: 115 Estados signatários, 51 Estados Parte.
- *Resoluções do Conselho de Segurança da ONU* — 1540 (2004), 1673 (2006), 1810 (2008) e 1887 (2009), entre outras.
- *Agência Internacional da Energia Atómica* (AIEA), 1957: 150 Estados membros.
- *Conferência sobre Desarmamento* (CD), 1979: 65 Estados participantes e 38 observadores.
- *Agência de Energia Nuclear* (NEA) - agência especializada da OCDE, 1958: 28 Estados Membros.
- *G8 — Parceria Global contra a Disseminação de Armas e Materiais de Destruição Massiva*, 2002.
- *Proliferation Security Initiative* (PSI), 2003 – iniciativa dos EUA, actualmente com cerca de 100 países participantes.
- *Iniciativa Global para Combater o Terrorismo Nuclear*, 2006 – iniciativa conjunta EUA-Rússia, actualmente com mais de 70 países participantes.

Zonas livres de armas nucleares

- *Tratado Antártico*, 1959/1961: 47 Estados Parte.
- *Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caraíbas* (*Tratado de Tlatelolco*), 1967/1969: 33 Estados signatários e 33 ratificações.
- *Pacífico Sul Livre de Armas Nucleares* (*SPNFZ ou Tratado de Rarotonga*), 1985/1986: 13 Estados Parte.
- *Tratado sobre o Sudeste Asiático Livre de Armas Nucleares* (*SEANWFZ ou Tratado de Banguecoque*), 1995/1997: assinado e ratificado pelos 10 Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).
- *Estatuto da Mongólia Livre de Armas Nucleares*: declarado em 1992, entrou em vigor em 2000.
- *Ásia Central Livre de Armas Nucleares* (CANWZ), 2006/2009: assinado e ratificado por 5 Estados.
- *África Livre de Armas Nucleares* (ANWFZ ou Tratado de Pelindaba), 1996/ 2009: 52 Estados signatários, 28 ratificações.